



HISTÓRIA RECONTADA DA DITADURA

Cristian Moreira Fraga¹

Thiago Ellert Pilz¹

Henrique Arthur Lopes¹

EIXO TEMÁTICO 04: DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADE

O período histórico que se inaugura com o golpe militar de 1964 é lido até os dias de hoje de formas diferentes por distintos estratos da sociedade cada vez mais polarizada. Um período em que os militares de “pulso firme” tomaram as rédeas da situação para buscar um milagre econômico e nos livrar da ameaça vermelha? Ou um período de terror e arbitrariedade, de censura, tortura e perseguição política onde nem a cultura escapou de ser agredida? Há já extensa bibliografia que aborda as narrativas construídas para interpretar a ditadura cívico-militar, outrossim o que norteia esse trabalho é buscar entender que tipo de lógica pode existir na década de 2020 para justificar narrativas que para além de relativizar os horrores da ditadura cívico-militar, justificam e reafirmam alguns de seus atos, tendo em vista que essa nova perspectiva a respeito do período histórico em questão se deu com a reescrita da memória coletiva.

Propomo-nos a entender como funcionam os discursos revisionistas sobre o contexto da ditadura a partir da ideia de Verdade (na esteira de pensamento de Michel Foucault), e como os discursos que permeiam o evento foram reescritos e reestruturados para construir a memória que temos a respeito da ditadura militar. Elencaremos fatos sobre esse recorte histórico que esperamos serem capazes de sustentar a narrativa da ditadura cívico-militar como sendo um evento autoritário e violento no país, o que de fato a historiografia acadêmica vem demonstrando exaustivamente nas últimas décadas, mas que tem sido reescrita e reestruturada no campo da memória.

Como metodologia para este trabalho, buscamos realizar uma análise do discurso, especialmente midiático, referente ao período ditatorial brasileiro, e como a sua produção de verdades gera diversas memórias de um mesmo período para diferentes grupos sociais. A partir de Foucault (1966), entendemos que cada contexto, cada episteme, possui diferentes verdades para os mais diversos campos de saber. Em virtude disso, gostaríamos de analisar como os discursos produzem diferentes memórias sobre esse recorte da história brasileira, algumas com acuracidade histórica, enquanto outras não. A cada época haverá diferentes discursos (conjuntos de enunciados) e verdades, logo, instituições e sujeitos condizentes com aquela realidade. Nesse sentido, a sociedade seria entendida como um vasto tecido argumentativo no qual a humanidade constrói sua própria realidade (Laclau apud Fischer, 2001).

Tendo isso em vista, nosso trabalho lança mão dos conceitos foucaultianos de discurso e verdade, utilizando-os como ferramentas para analisar a construção de diferentes memórias, em diferentes tempos, sobre o período conhecido como regime ditatorial cívico-militar brasileiro. Para tanto, consideramos que inúmeros

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

discursos, especialmente midiáticos, contribuíram para a reconstrução, ou até mesmo para um apagamento, de uma memória coletiva sobre um período tão trágico para o país.

O conceito de Memória será entendido aqui de acordo com as ideias de Maurice Halbwachs (2004), autor para o qual a memória é a lente pela qual observamos o passado e está sempre relacionada com o recorte histórico e o contexto coletivo do presente. A ditadura militar é lida e mobilizada; repudiada ou celebrada de acordo com a forma como a geração que é “senhora da narrativa” (LeGoff, 1994) a interpreta e entende. É importante entender que o discurso produzido a respeito do momento histórico influencia de maneira significativa a forma de compreensão do presente. Um bom exemplo é o artigo da Folha, publicado em 2009, em que em uma coluna o período é chamado de “ditabranda”, exemplo destrinchado na tese de Bomsanto (2012). Nessa perspectiva, todas as mortes são alocadas em um termo que diz que, na verdade, a ditadura brasileira foi praticamente irrisória em contraste com outras do continente. Além de invisibilizar muita dor, esse termo apoia um revisionismo sobre o passado, que é reescrito e repensado.

Para o/a historiador/a, quando atua como investigador/a do passado, duas fontes valiosas são as publicações Brasil: Nunca Mais (BNM, 1986) e a Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2011). A primeira foi feita com o apoio da Igreja Católica, e contou com o escrutínio de mais de dez mil documentos do regime militar no Brasil, a partir dos quais foram destacadas as práticas mais desumanas de tortura que ocorreram nos porões dos Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Até a iniciativa da Comissão da Verdade, o BNM fez uma das mais extensas leituras do período, colocando luz sobre episódios macabros, cuja importância está em literalmente não serem esquecidos para que não sejam repetidos.

Entre as práticas documentadas nos relatórios acima citados (BNM e CNV) está a tortura utilizando eletrochoques, afogamentos, instrumentos de corte, câmaras frias, produtos químicos e uso de animais peçonhentos. Os presos eram postos em salas sem iluminação, ficavam privados de água e comida por longos períodos, sem que suas famílias fossem informadas de seu paradeiro. Outra prática recorrente era a tortura de pais diante de filhos, de casais um diante do outro. Além disso, mulheres grávidas eram torturadas e indiscriminadamente violentadas sexualmente.

Já a segunda é iniciada no ano de 2011 pelo próprio governo federal, visando dar às vítimas um reconhecimento digno. Dividida em inúmeros documentos, seus volumes trazem um acréscimo teórico ao BNM: o número de vítimas. Segundo a Comissão Nacional da Verdade, em seu primeiro volume, cerca de 45 pessoas foram vitimadas entre os anos de 1964 e 1968, havendo uma progressão constante no número de mortes após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (1968). De 1969 a 1974 foram contabilizadas 98 mortes (período conhecido como anos de chumbo), seguido por 28 (1975 a 1979) e 9 mortes (1980-1985). Este tipo de ato perdurou até 1985 (último ano do regime), com o suicídio de Gustavo Buarque Schiller em decorrência das sequelas causadas por inúmeras torturas (CNV, p. 439). Além, é claro, das inúmeras famílias que tiveram que conviver com o desaparecimento de seus entes queridos. Juntos, os relatórios contabilizam mais de 8.000 páginas de horrores infundáveis a que temos acesso. As perdas humanas, nesse contexto, são, claro, as mais chocantes, mas é impossível deixar de lado a perda de diversos direitos políticos como o habeas corpus e a liberdade de expressão, direitos civis básicos para o bom funcionamento da democracia.

A partir das evidências encontradas, fica então o questionamento: como todo esse volume de informação caiu no ostracismo com o novo revisionismo histórico? Haja visto que os direitos políticos foram a duras custas recuperados com a redemocratização do país, o que motivaria a vontade de voltar a um espaço de repressão e censura?

Essas e outras informações são facilmente encontradas na internet, o que surpreende ainda mais que haja movimentos reacionários que tentem “abrandar” o período ditatorial. O que se percebe é que estas tentativas de revisionismo ou melhor, estes esquecimentos estratégicos, tem objetivos claros e bem definidos: estru-

turar uma sociedade com o passado reescrito, sobre o qual uma nova realidade será construída e o coletivo estará predisposto a assumir verdades distintas das vigentes atualmente, estando aberto a grupos e projetos políticos muito mais próximos daqueles que ocorreram durante o regime ditatorial.

Reformar a memória social, quando falamos desse tema, é criar abertura para o ressurgimento do autoritarismo, porém, com uma nova roupagem e sendo aceito socialmente, uma vez que o terror que os dados elencados sugerem foi embaçado e desmerecido, com uma nova Verdade sendo construída que envolve o favorecimento de grupos e projetos políticos específicos que se utilizam da narrativa de um passado glorioso durante a ditadura e da ameaça comunista constante. Discursos reificam o pânico social, relativizam e desmerecem o terror e a violência que os dados históricos levantados sobre a ditadura já comprovaram. Deste modo, não há o que ser questionado do ponto de vista factual. Mesmo assim, a disputa no campo subjetivo e da memória continuam, sendo imprescindível que o rigor histórico seja constantemente trazido à tona, de modo a elucidar as nuances do período da ditadura.

PALAVRAS CHAVE: Memória. Verdade. Ditadura. História.

REFERÊNCIAS:

Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1986.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014

DIAS, André Bonsanto. **O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964 e a 'ditabranda'**. 2012. 204p. Tese (Mestrado) - Curso de Comunicações, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], n. 114, p. 197-223, nov. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742001000300009>

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LEGOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1994.

FOUCAULT, M. n. São Paulo: Martins Fontes, 2000